
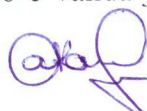



FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE SARANDI

ATA 014/2025

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e dez minutos, na Sala da Contabilidade, reuniu-se o Gestor de Recursos e o Comitê de Investimentos do RPPS. Na pauta, a reunião mensal de acompanhamento da carteira de investimentos, avaliação dos resultados no mês de novembro, análise de sugestões de mudanças e avaliação final da Política de Investimentos. Inicialmente, o Gestor **Adriano Kaufmann** apresentou, as rentabilidades dos investimentos em novembro, nas contas do RPPS. Em Renda Fixa - Artigo 7º tem-se Caixa Brasil IMA B TP RF LP 2,03%; Caixa Brasil IMA B 5 TP RF 1,06%; CAIXA BRASIL 2030 X TP RF 1,55; Caixa Brasil IMA B 5 + TP FI RF LP 2,75%; BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÉRTICE 2032 1,95%; BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2035 2,47%; Banrisul Absoluto FI RF LP 1,04%; BANRISUL RPPS II FI RF (2027) 0,92%; CAIXA BRASIL 2030 II TP 1,54%; BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2027 0,92%; BB Previdenciário RF TP Vértice 2030 FI 1,54%; CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI LP 1,06%; CAIXA FI BRASIL MATRIZ RENDA FIXA 1,07%; SICREDI FI INSTITUCIONAL TAXA SELIC FIC FIRF LP 1,04%; BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL 1,06%. Já na conta da Taxa de Administração, nº 54087-0 a rentabilidade no BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL foi de 1,06%. Já na conta dos Aportes, nº 54507-4 a rentabilidade no BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2030 II foi de 1,55% e BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA PERFIL 1,06%. Falou que o total de rendimentos auferidos em novembro foi de R\$ 10.51.086,59, equivalendo a 1,29%, alcançando o total de 12,14% de rentabilidade e que no ano já acumulou rendimentos no montante de R\$ 8.916.272,84. Adriano colocou para aprovação a Política de Investimentos de 2026, sendo composta pelas Seções: APRESENTAÇÃO; VIGÊNCIA E OBJETIVOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026; MODELO DE GESTÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS; ASPECTOS LEGAIS DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4963/2021; CONJUNTURA ECONÔMICA E ANÁLISE DE MERCADO; EXPECTATIVAS DO MERCADO FINANCEIRO 2026 – BRASIL; CONSIDERAÇÕES GERAIS – CENÁRIO 2025/2026; CONTROLE DE RISCOS; DIRETRIZES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS; ESTRATÉGIAS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS; VEDAÇÕES; DISPOSIÇÕES GERAIS, ANEXO I E ANEXO II. Segundo o Gestor Adriano Kaufmann, a Política de Investimentos de 2026 é válida já a partir de 01 de

janeiro de 2026 com duração até 31 de dezembro de 2026. Caso necessário, a mesma pode ser revista no decorrer de sua execução, desde que novamente aprovada pelos seus colegiados. Os objetivos contemplam horizontes de curto e longo prazo, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial. Com base no horizonte de longo prazo, e a situação financeira e atuarial observada atualmente, a META ATUARIAL, definida e aprovada juntamente com a Política de Investimentos, será representada pelo benchmark IPCA ACRESCIDO DE 5,60%. Este valor de 5,60% é de acordo com a duração do passivo em anos. Em consulta ao atuário, Guilherme Walter, o mesmo informou que a *duration* do passivo de Sarandi é de 14,31 anos. Assim, a taxa de 2026 será de 5,45%. Além disso, poderá ser acrescida 0,15% para cada ano que se alcançou a meta atuarial nos últimos 5 anos. No caso de Sarandi, foi 1 ano, ou seja, acrescenta mais 0,15%. Assim, a meta atuarial para 2026 é de IPCA + 5,60%. No mais, restou aplicada, nesta Política de Investimentos, a taxa de juros parâmetro orientada pela Portaria MPS nº 2.010/2025. O FAPS adotou o modelo de GESTÃO PRÓPRIA, ou seja, aquele em que as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social. Apresentou os dados da conjuntura econômica que embasaram as definições dos investimentos, a qual busca reproduzir as tendências da economia como um todo, registrando os indicadores que se projetam hoje para o exercício de 2026 e também para o restante de 2025. Com essas informações são identificadas as tendências e os desafios que podem ocorrer no próximo exercício. Trouxe também um breve relato dos últimos anos lembrando que o Brasil viveu um período de taxa de juros muito baixa chegando a 2%, inclusive, inferior a inflação. Em 2020, por exemplo, a inflação fechou em 4,52% e o valor médio do CDI (parâmetro Selic) foi de 2,76%, o que representou um retorno real de -1,68. Em 2021, o cenário da inflação se agravou ainda mais, pois a economia mundial atravessou um ciclo de fortes oscilações, caracterizado inicialmente pela crise pandêmica – iniciada ainda em 2020 - seguida de uma fase de recuperação, de reacomodação em meio a pressões inflacionárias e ajustes monetários. Ainda impactado pela pandemia, foi ano de retomada com o início da vacinação. Quanto ao CDI, o acumulado em 2021 foi de 4,42%. Já a inflação foi de 10,06%, ou seja, novamente o juro referência ficou abaixo da inflação, resultando num impacto atuarial muito grande. Já em 2022, a inflação anual foi de 5,79% e a taxa de juros finalizou o ano em 13,75%. O CDI médio foi de 12,38% e o FAPS chegou mais perto de alcançar a meta atuarial, já que os fundos IMA B seguiam performando abaixo da expectativa. Em 2023, o ano foi mais tranquilo no que tange a meta. O FAPS alcançou a maior diferença positiva entre o

Deu... [assinatura]

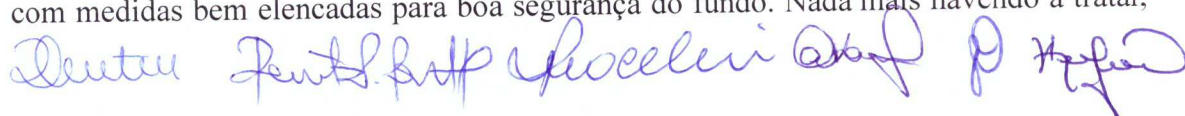
resultado obtido e a meta de rentabilidade da última década: 14% e 9,80%, respectivamente. O CDI foi de 13,04% e a inflação de 4,62%. O ano de 2023 foi marcado pelo prolongamento das políticas monetárias restritivas, o que limitou o dinamismo da atividade global. Em 2024, observou-se uma trajetória de desaceleração controlada, com inflação em declínio e expectativas de crescimento mantendo-se positivas. O PIB mundial manteve expansão próxima de 3,2%, enquanto o Brasil cresceu 3,4%, mas com dificuldade no ajuste fiscal diante de pressões extraordinárias, como os gastos emergenciais relacionados às enchentes no Rio Grande do Sul. Quanto aos resultados, o ano foi ruim, visto que as alocações de investimentos planejadas no ano sofreram um revés, ao mudar o cenário dos juros de queda para alta, trazendo para baixo as rentabilidades em IMA B, por exemplo. No entanto, diversas oportunidades surgiram em fundos vértices que trazem rentabilidades acima da meta por vários anos. Assim, a meta de rentabilidade não foi alcançada em 2024, mas com boas aquisições para 2030 e 2032. O ano de 2025 tem se caracterizado por um ambiente de estabilização econômica, com inflação em trajetória de queda e políticas monetárias gradualmente menos restritivas, embora haja persistência de riscos fiscais, sobretudo nas economias emergentes. As projeções de instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) fornecem uma visão abrangente das tendências econômicas esperadas para o encerramento de 2025 e para o decorrer de 2026. No que tange ao Brasil, as projeções de crescimento indicam um cenário desafiador. Enquanto o FMI projeta crescimentos de 2,4% em 2025 e de 1,9% em 2026, a OCDE sinaliza taxas ainda mais pessimistas, estimando respectivas expansões de 2,3% em 2025 e de 1,7% em 2026. Sob o ponto de vista fiscal, o Brasil continua enfrentando desafios significativos em relação ao equilíbrio das contas públicas, registrando ainda um déficit primário. Em 2025, o COPOM vem mantendo restrição na política monetária visando o realinhamento das expectativas inflacionárias e observando o descompasso entre o ritmo de atividade econômica e o comportamento dos preços. Em 01 de janeiro, a taxa de juros estava em 12,25%. Mas ela foi caminhando, a passos largos até chegar aos 15% na reunião de 18 de junho, pois a inflação estava mais persistente do que o que se imaginava inicialmente. Além disso, o cenário de cortes de juros nos Estados Unidos e a volatilidade dos preços das commodities, também contribuíram para a manutenção das pressões inflacionárias domésticas. Para o exercício de 2025, a expectativa é do câmbio fechar na casa de R\$ 5,40. Já o PIB previsto é 2,16%. A inflação IPCA está em 4,45% e a Selic mantida em 15%. O texto traz também as perspectivas em

IPCA está em 4,45% e a Selic mantida em 15%. O texto traz também as perspectivas em

Renda Fixa e Renda Variável. Falou das expectativas para o exercício de 2026, que até o presente momento, sinalizam um caminho que passa pelo ciclo de queda dos juros e da inflação em termos globais, acompanhado de incertezas advindas, sobretudo, do comércio internacional e da continuidade de conflitos geopolíticos. Enquanto no Brasil, o principal desafio segue sendo buscar a meta de inflação e recuperar a confiança na ancoragem inflacionária, não sendo suficiente apenas a manutenção de determinados níveis de contracionismo monetário, mas, sim, uma política suficientemente capaz de sinalizar ao mercado o compromisso do governo em equilibrar as contas públicas, pelo menos no que se refere à retomada de superávits primários. Seguirá a expectativa das decisões do COPOM visando estabelecer um adequado equilíbrio entre controle inflacionário e incentivo ao crescimento econômico. Mas há um consenso entre as casas do mercado financeiro de que em 2026 a Selic deva ser reduzida. Mostrou que em 31 de outubro, o benchmark que mais possuía investimento é o CDI com 45,29%, já os fundos vértices juntos possuem 42,57% do Patrimônio e os IMA's compõem 12,12%. Outros 0,02% se referiam as Disponibilidades Financeiras. Ao analisar a taxa de juros e o IPCA previstos para 2026, nota-se que o CDI tende a superar a meta de rentabilidade de IPCA + 5,60%. No mínimo esperado de 12% de Selic comparado a uma inflação prevista de 4,18% imagina-se que o resultado supere ao IPCA + 8%, considerando juros sobre juros. Já no grupo IMA B há uma tendência de que, com a queda da Selic no decorrer do próximo ano, os investimentos nesse benchmark voltem a entregar bons ganhos. Todo esse contexto nos leva a ter confiança no atingimento da meta de rentabilidade em 2026. Mas frisa-se a necessidade constante de acompanhamento para verificar as mudanças de cenários que possam acontecer e que tragam impacto aos investimentos. Adriano demonstrou ainda como é feito o controle de riscos, falou do perfil de investidor, do plano de contingência para situações de crise. Demonstrou que a confecção desse documento leva em conta os cenários macroeconômicos para a formatação da carteira de investimento, observando tendências nacional e internacional, análise do panorama político e a condução da política econômica. Por fim, demonstrou como serão os limites de alocação em RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL, INVESTIMENTO NO EXTERIOR, INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS, FUNDOS IMOBILIÁRIOS e EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, apresentando os limites inferiores, a estratégia alvo e os limites superiores, buscando sempre a Meta Atuarial de IPCA + 5,60%. A Política de Investimentos também aborda sobre como deve ser feito o Credenciamento já no primeiro bimestre de 2026, as Vedações e as Disposições Gerais. Após a análise dos presentes, a

Deputado Público Federal Adriano

INVESTIMENTOS 2026 foi APROVADA POR UNANIMIDADE pelo Comitê de Investimentos. **Gabriela Romio** disse que o mercado começa a enxergar um cenário mais construtivo para os próximos anos. As expectativas de inflação, captadas pelo Boletim Focus, mostram redução da dispersão e maior convergência em torno da meta. Esse processo de ancoragem abre espaço para que o Banco Central inicie um ciclo de afrouxamento monetário. Para 2026 é necessário acompanhar a trajetória da política monetária e a dinâmica da curva de juros para definir alocações. Em um ambiente de expectativa de cortes, a renda fixa deixa de ser apenas um porto seguro e passa a ser também uma fonte potencial de ganho com valorização dos ativos. **Keila Ferraz de Quadros** afirmou que as tendências de mercado financeiro para 2026 apontam para um cenário de juros em queda gradual, inflação mais controlada, avanços tecnológicos acelerados, principalmente em Inteligência Artificial e tokenização de ativos e uma forte reorganização tributária no Brasil, com início gradual da reforma a partir de 2026. Para o investidor, 2026 não será um ano para deixar o dinheiro parado. Será preciso acompanhar mudanças, revisar a carteira e identificar novos riscos e oportunidades. **Renata Pasqualotto Rosetto** disse que para 2026, espera-se um corte de juros global sincronizado, sem crise e com atividade econômica resiliente, cenário que costuma beneficiar ativos de risco. Nas tendências globais, IA segue no foco, como também investimentos ligados a energia e longevidade. Tudo indica que 2026 vai ser, de novo, o ano da Renda Fixa, devido a continuidade dos juros altos. Frisou que 2026 tem o ciclo eleitoral com o PT no comando, que historicamente, significa uma combinação de populismo fiscal, aumento de gastos públicos e, claro, mais inflação. **Patrícia Mocelin** disse que o ano de 2026, segundo o relatório semanal “O Canário da Mina” da G5 Partners, será marcado por uma desaceleração do crescimento do PIB em relação a 2025. Mas essa diminuição no avanço da economia poderia ser mais acentuada se não fossem a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para salários até R\$ 5 mil e a incerteza que cerca a política monetária. Por fim, ao analisar a carteira, o grupo decidiu que seguirá o plano de aumentar os valores em IMA B. Para isto, a sugestão que será encaminhada ao Conselho é de aplicar R\$ 500.000,00, o qual sairá do CAIXA FI BRASIL MATRIZ RENDA FIXA e será aplicado no CAIXA BRASIL IMA B TP RF LP, motivado pelo fato de que se estima a queda da Selic em 2026 e com isto a tendência de boas rentabilidades em IMA B. **Verônica Leticia Bressan Merten** acrescentou as informações relativas às políticas de investimentos para o ano de 2026, elaborada pelo gestor, bem pontuadas e com medidas bem elencadas para boa segurança do fundo. Nada mais havendo a tratar,



lavrou-se a presente ata que após lida segue assinada pelos presentes. Sarandi, 22 de dezembro de 2025.

Deputado Federal Paulo Roberto de Almeida
Deputado Federal Paulo Roberto de Almeida
Deputado Federal Paulo Roberto de Almeida
Deputado Federal Paulo Roberto de Almeida
Deputado Federal Paulo Roberto de Almeida